

FACTO

ABIFINA

ANO IV • JAN/FEV • 2010 • Nº 23

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

O risco de desindustrialização no Brasil pós-crise



FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

CADEIA PRODUTIVA DE FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

Componente Obrigatório

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta pela valorização dos fármacos e medicamentos fabricados no Brasil e pelo desenvolvimento da tecnologia nacional desta área. As compras governamentais representam um dos instrumentos mais importantes de apoio à política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Dar preferência a produtos nacionais é fortalecer a indústria nacional. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É TER SAÚDE.



ABIFINA
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Claudio Barone
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente: Luiz Guedes
 Vice-presidente: Dante Alario Junior
 Vice-presidente: Marcos Lobo
 Vice-presidente: Alberto Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Arnaldo Massariol
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Eduardo Costa
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Telma Salles

Conselheiros Beneméritos

Marcos Lobo (Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A.)
 Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica
 Nacional S/A.)
 Luiz Barone (Milenia Agrociências S/A.)
 João Benjamim Parolin (Oxiten S/A Indústria e
 Comércio)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Antônio Salustiano Machado
 Isaac Plachta
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Kurt Politzer
 Fernando Sandroni
 José Alberto de Senna
 Jean Peter
 Manoel Zauberman

Expediente

Coordenação Geral:

Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly

Matéria Técnica: Noemy Padilha
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Dante Alario e demais depoentes falam sobre o risco de desindustrialização no Brasil pós-crise.



Temporão se reúne com empresários e dirigentes de entidades para avaliar o Complexo Industrial da Saúde no Brasil.

Brasil indústria desenvolvimento

Industrialização: caminho para o desenvolvimento econômico e social do País.

EDITORIAL

04

CAPA

06

ENTREVISTA

12

ESPECIAL

16

SAIU NA IMPRENSA

19

PAINEL DO ASSOCIADO

22

ABIFINA EM AÇÃO

25



Publicação da:

ABIFINA
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades

Sem indústria de ponta seremos sempre subdesenvolvidos

por Nelson Brasil de Oliveira • 1º Vice-presidente da ABIFINA



Para o Brasil dispor de uma indústria forte em segmentos de maior intensidade tecnológica, objetivo estratégico perseguido pelos países emergentes que crescem a elevadas taxas e sem subordinação às nações do primeiro mundo, é necessário se discutir uma política nacional para o câmbio.

Até aqui, por conta de um comportamento errático do câmbio, não atrelado aos superiores interesses nacionais, o país não conseguiu avançar na consolidação de segmentos da indústria com maior intensidade tecnológica. Fruto de decisões políticas equivocadas, até mesmo deliberadamente, o comportamento do câmbio foi determinante na definição do perfil da nossa indústria nas últimas duas décadas.

A bem da verdade, com a perda de eficácia do modelo de substituição de importações nos anos oitenta, a economia brasileira passou a sofrer contínuo processo de desindustrialização, que se acentuou fortemente nos anos 90 em decorrência da política econômica adotada no país, com pouca ou nenhuma preocupação com o setor produtivo,

em particular com a indústria e nesta, em especial, com os seus segmentos de ponta.

O resultado não poderia ser outro: o peso da indústria no PIB caiu fortemente. Dados divulgados pelo IPEA, por exemplo, mostram que, entre 1981 e 2008, a participação da indústria no PIB brasileiro caiu de 44,31% para 27,34%.

Essa política econômica ganhou contornos finais com o lançamento do Plano Real que tinha a política cambial como uma de suas principais âncoras. Com efeito, calcada na forte valorização do real em relação ao dólar – vale lembrar que o real nasceu valendo mais que o dólar – a política cambial foi de grande importância para a estabilização da economia. Todavia, o que era para ser transitório passou a ser permanente, a ponto dessa política vir a se tornar a maior responsável pela aceleração do processo da desindustrialização do país.

Como era esperado, uma das resultantes dessa política foi a queda na taxa de investimento. No período em questão, ela caiu de 24,45% (1981) para 19,91% (2008).

Em que pese os defensores da desvalorização do dólar frente ao real alardearem que essa desvalorização baratearia a aquisição de máquinas e equipamentos do exterior – o que permitiria o aumento da competitividade da indústria nacional – a indústria brasileira não investiu como deveria.

Todavia, a resultante mais importante dessa política foi a mudança no perfil da indústria nacional. Esta, antes tida como diversificada, passou a ser de commodities industriais. Na realidade, as indústrias fabricantes de produtos com maior valor agregado foram, paulatinamente, sendo fechadas e as que sobreviveram enfrentam enormes dificuldades, como é o caso das indústrias da área da química fina. E com a permanente valorização do real foi jogada por terra a possibilidade de segmentos da indústria nacional com maior intensidade tecnológica virem a ter uma forte presença econômica no país. A mudança, em 1999, do regime cambial para o de câmbio flutuante, não impediu uma nova onda de valorização do real.

Dados divulgados pelo IEDI sobre o saldo comercial da indústria no período de 2004 a 2009 (nesse ano, os dados se referem ao acumulado de janeiro a setembro) mostram que, em 2004, foi de US\$17,09 bilhões e, em 2009, negativo em US\$4,83 bilhões. Ao desagregar esse saldo segundo a intensidade tecnológica dos produtos, sobressai que os setores de alta/média e alta tecnologia apresentaram um elevado crescimento do déficit comercial no período em consideração – o déficit do segmento de média/alta tecnologia aumentou de US\$2,07 bilhões, em 2004, para US\$19,19 bilhões, em 2009, e o déficit do segmento de alta tecnologia de US\$5,58 bilhões, em 2004, para US\$12,65 bilhões, em 2009.

Assim, com base nos dados do IPEA e

IEDI, fica claro o continuado processo de desindustrialização brasileira que, além de causar uma redução nos investimentos, levou a um crescente déficit comercial da indústria nacional, sobretudo nos segmentos que fabricam produtos com maior densidade tecnológica.

Esse cenário hoje já é caracterizado por economistas brasileiros como típicos da “doença holandesa” - expressiva valorização da moeda holandesa, o antigo Florin, resultado do enriquecimento com o petróleo, que praticamente destruiu a indústria da Holanda. Em nosso país a excessiva valorização do real e sua permanente instabilidade impedem o crescimento da indústria fabricante de bens de maior intensidade tecnológica. Por certo, essa doença não atingiu os segmentos de commodities industriais, cuja dinâmica é ditada pelos preços internacionais.

Ao não ter presença relevante nos segmentos industriais de maior densidade tecnológica o país apresenta um baixo índice de inovação; o balanço de pagamentos fica na dependência dos aumentos dos preços internacionais das commodities e a geração de empregos qualificados patina. A mudança desse cenário certamente exigirá a adoção de medidas imediatas, ainda em 2010.

Entre essas medidas que vem sendo sugeridas por economistas de renome, como Mauro Arruda que se destaca pela sua realista visão do setor industrial, estaria a instituição de um sistema de metas de câmbio, à semelhança do que se faz em termos de metas de inflação. Esse sistema estabeleceria intervalos de variação do câmbio. Exigiria intervenções do Banco Central para manter o câmbio no intervalo definido, que poderia ser revisto anualmente e toda vez que se fizer necessário. Um sistema como esse evitaria o que há de ruim no regime de câmbio flutuante, pelo menos como vem sendo aplicado no Brasil, isto é, a impossibilidade das empresas poderem planejar com alguma segurança suas exportações e importações. Assim, com um câmbio competitivo ou, na melhor das hipóteses, o mais neutro possível, e flutuando com margens ra-

zoáveis de segurança, as indústrias de maior intensidade tecnológica poderão florescer e ganhar corpo.

É evidente que um sistema de metas de câmbio precisa estar inserido numa política econômica mais comprometida com o desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, a política monetária, ainda que seja independente da política cambial que se vislumbra, deve ser tocada com equilíbrio. Para tanto não deve se curvar a determinados interesses. Preocupa o fato de certos atores do mercado estarem sinalizando, insistentemente, que será inevitável o aumento, em 2010, da taxa de juros para 11% ou até mais, como forma de manter o controle sobre a inflação. Se isso acontecer, haverá pressão para a valorização do câmbio e queda do investimento.

Em reforço à medida de metas de câmbio, não se deve descartar a aplicação, sempre que necessária, de política fiscal. Um bom exemplo de política fiscal foi a empregada pelo Ministério da Fazenda, em 2009, para diminuir a entrada de recursos especulativos em nosso mercado de capitais.

Também em reforço às metas de câmbio, seria a criação de fundo soberano, como fizeram países com reservas cambiais expressivas. A Noruega, apenas para citar um país rico em petróleo, como forma de evitar a “doença holandesa”, criou seu fundo soberano.

Essas seriam algumas das possíveis medidas para trazer o valor do real para patamares que incentive a criação e o fortalecimento de indústrias de maior intensidade tecnológica.

A presente valorização do real não deve diminuir o interesse de levar adiante essas medidas. É esperado que o real se desvalorize bem no decorrer de 2010, seja por conta dos crescentes déficits em transações correntes e na balança comercial, seja por conta da própria valorização do dólar. Isto será benéfico para a indústria nacional, mas não será suficiente para o desenvolvimento dos segmentos de maior intensidade tecnológica. Sem o mínimo de estabilidade, o câmbio flutuando de maneira desordenada e dentro de enormes intervalos, não haverá investimentos nesses segmentos e os que forem feitos serão tími-

dos e, portanto, não virão acompanhados de investimentos em inovação.

É claro que a política cambial apontada contribuirá e muito para a mudança no perfil da indústria brasileira, fazendo com que ela deixe de ser uma indústria, apenas, de commodities. Todavia, ela precisará contar com o reforço de outras políticas, como a industrial.

Assim, por exemplo, de forma a reverter décadas de perdas substanciais que sofreram as indústrias de maior intensidade tecnológica, o governo federal deveria implantar rapidamente uma alteração na Lei de Licitações com o objetivo de permitir o uso do poder de compra do Estado, direcionando as compras públicas prioritariamente para os produtos fabricados no Brasil. A Petrobrás, após entendimento realizado com o TCU, operacionaliza ações nesse sentido, tendo criado um cadastro próprio de fornecedores exclusivos, dos quais em muitos casos é exigida a fabricação no país, especialmente de componentes estratégicos para suas atividades e que requeiram rastreabilidade permanente de seus processos produtivos.

Ainda em termos de política industrial, deveria o governo federal estender para segmentos estratégicos, como o do complexo industrial da saúde, o marco regulatório estabelecido para as parcerias público-privadas na área de infraestrutura.

Indiscutivelmente, o Brasil pode-se orgulhar de atravessar um período de grande estabilidade macroeconômica, assegurada pelo acúmulo de reservas cambiais que se aproximam de US\$240 bilhões. Este é o momento para realizar mudanças, de forma a superar os sintomas da “doença holandesa”. Não é possível um país ter uma economia forte, com renda per capita elevada e boa distribuição de renda, sendo, apenas, um grande produtor de “commodities”.

Para voltarmos a ter uma indústria diversificada, com forte presença em segmentos de maior intensidade tecnológica, o país precisará contar com uma política cambial mais favorável ao setor produtivo, com taxas de câmbio que incentivem o investimento, inclusive em inovação, bem como efetivamente usar políticas industriais.

O risco de desindustrialização no Brasil pós-crise



É quase um consenso a idéia de que o Brasil superou bem a crise mundial desencadeada em agosto de 2008. De fato, os resultados macroeconômicos em 2009 foram bastante razoáveis, o que leva a crer que o governo não fará nenhuma mudança radical na atual política econômica. Por outro lado, a balança comercial, que na última década vem produzindo superávits decisivos para a consolidação dos chamados “fundamentos da economia”, começa a pender perigosamente para o lado das importações. Isto vem ocorrendo em função, principalmente, da política de juros altos e câmbio flutuante, devastadora para a competitividade da indústria nacional, especialmente nos segmentos de produtos intermediários de alto valor agregado, como as indústrias química e de bens de capital. Até quan-

do poderemos nos apoiar na demanda de commodities da China para alavancar nosso crescimento? Nesta reportagem, FACTO apresenta a opinião de analistas, empresários e executivos sobre a estratégia adotada pelo governo brasileiro para reagir à crise e sobre o que pode ser feito para abortar o iminente processo de desindustrialização do País.

Política monetária versus política industrial

A pretexto de manter a inflação sob controle e evitar superaquecimento da economia, o governo tem insistido numa política de câmbio e de juros que solapa as bases do desenvolvimento industrial, especialmente nos segmentos de insumos de alto valor agregado, que são

grandes responsáveis pelo crescente déficit da nossa balança comercial. Os analistas econômicos mais afeitos à ideia do desenvolvimento autônomo veem nessa política uma ameaça real ao futuro do Brasil, enquanto aqueles de tendência neoliberal tendem a minimizar seus efeitos negativos sobre a atividade industrial e reiterar que o controle da inflação é prioritário.

Na primeira categoria destaca-se o economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, conselheiro da FIESP, diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Desenvolvimento e autor do livro *Desnacionalização*. Numa avaliação do atual cenário, que se convencionou chamar “pós-crise”, ele elogia a atual política econômica brasileira em diversos aspectos, como a manutenção

de um nível confortável de reservas cambiais, o estímulo ao mercado interno, a postura ativa dos bancos públicos na sustentação do crédito e as medidas de renúncia fiscal. Por outro lado, critica vigorosamente a política de juros altos e câmbio flutuante, que faz do País, no cenário atual, um “alvo preferencial de especulação” e pode comprometer seriamente o desenvolvimento industrial e o equilíbrio da balança comercial.

O balanço internacional entre juros e câmbio teve seu eixo deslocado neste último ano. Lacerda destaca que “dentre as medidas adotadas pelos países centrais para combater os efeitos da crise, houve uma redução drástica das taxas de juros. Comparativamente aos níveis vigentes no período pré-crise, o Reino Unido cortou a sua taxa de juros em 90%, os EUA em 83%, o Japão em 80% e a União Européia em 76%”. Segundo ele, isto fez com que os juros nominais praticados chegassem a um nível próximo de zero e os juros reais, que excluem a inflação corrente, se tornassem negativos.

“Essa redução de juros diminuiu o custo de oportunidade do capital, incentivando o consumo, a produção e, em tese, o investimento. Digo ‘em tese’ porque o investimento produtivo só reage mesmo quando há uma clara percepção de retomada da demanda e as empresas estejam próximas de esgotar o uso da capacidade de produção já instalada. Em se tratando dos países citados, estas condições estão ainda longe de ocorrer”.

Os juros baixos nos EUA, associados à debilidade dos balanços fiscal e de pagamentos, têm provocado uma desvalorização do dólar relativamente à maioria das moedas dos demais países, observa o economista. “A exceção é a China, que mantém uma política cambial de atrelar a sua moeda ao dólar norte-americano, evitando a sua apreciação de forma a não perder competitividade no mercado global”.

Lacerda explica que, ao mesmo tempo em que taxas de juros baixas servem

Estamos retomando os níveis de atividade pré-crise. Há capacidade ociosa na indústria, que também vem retomando gradualmente os seus investimentos. Elevar os juros nos próximos meses poderá abortar esse processo. Ao contrário, deveríamos sinalizar com uma continuidade da redução dos juros reais, para estimular o investimento produtivo e incrementar os investimentos públicos em infraestrutura.

Antonio Corrêa de Lacerda

de fomento à atividade produtiva, elas também induzem à busca de alternativas de rentabilidade nas aplicações financeiras. “Esse processo acaba estimulando as operações *carry trade*, ou a tomada de recursos a juros muito baixos nos países centrais para compra de ativos, inclusive moedas, principalmente nos países em desenvolvimento”. É nesse quadro que o Brasil se torna um alvo preferencial de especulação, “porque mantém taxas de juros básicos ainda elevadas (8,75% ao ano), o que, associado a uma certa passividade na política cambial, provoca forte influxo de capitais estrangeiros, estimulando a valorização do Real”.

Mesmo reconhecendo que a alíquota de 2% de IOF (Imposto de Operações Financeiras) instituída em outubro passado serviu para inibir um pouco os fluxos especulativos, Lacerda afirma que a política monetária vigente é muito arriscada. “O grande problema é que, com a mesma velocidade que o capital ingressa, provocando mais valorização do Real, poderá sair a qualquer momento, gerando a desvalorização pronunciada de ativos e provocando o efeito contrário na moeda”. Contudo, ele permanece otimista e confiante no aprendizado alcançado pelo Brasil com esta última crise, que serviu para testar a nossa capacidade de reação e quebrar paradigmas.

A primeira lição é que a qualidade da inserção externa é determinante para a melhora dos indicadores de vulnerabilidade e de solvência externa. Segundo Lacerda, somente países com

baixo grau de exposição do seu balanço de pagamentos, como o Brasil, tiveram autonomia para redefinir suas políticas econômicas domésticas. “A despeito das críticas que destacavam o custo fiscal da acumulação de reservas cambiais, elas foram e têm sido fundamentais para evitar maior volatilidade da economia”. A segunda lição é a de que um mercado interno robusto faz diferença quando há desaquecimento na economia global. “O mercado doméstico, que no caso brasileiro responde por 85% do valor agregado, representa um importante ativo. Todos os países dotados de um mercado interno relevante e em expansão, como os países em desenvolvimento, tiveram um amortecedor para o colapso do comércio internacional”.

A terceira lição ensina a importância de um país ter bancos públicos para agir contracíclicamente e oferecer crédito e financiamento para a economia. “O BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, assim como alguns bancos estaduais, fizeram um decisivo contraponto à contração do mercado de crédito privado”, elogia Lacerda. A quarta lição foi dada não pelo governo, mas pelas empresas brasileiras que, “vacinadas contra crises, não se deixaram levar pela precipitação. Ao mesmo tempo em que promoveram ajustes de curto prazo, elas não perderam o foco estratégico de longo prazo. Isto fez com que mantivessem basicamente os seus planos de investimento, embora inevitavelmente tivessem que ajustar os desembolsos”.

A quinta lição é focada na questão tributária. “Foi possível ampliar a demanda de bens duráveis com a redução da tributação por unidade” – assinala Lacerda. “O que devemos levar mais em conta é a elasticidade da demanda em face dessa redução. Isto vale também para outros tipos de bens, cuja demanda poderia ser estimulada, inclusive como fator distributivo de renda: alimentos, bebidas, calçados, vestuário etc. Não haveria prejuízo para a arrecadação tributária, uma vez que o volume seria aumentado”. A sexta lição se refere à importância de melhorar a eficácia dos gastos públicos correntes e aumentar os investimentos em infraestrutura econômica e social, de forma a balizar e multiplicar os investimentos privados.

A sétima e a oitava lições são as mais difíceis, porque concernem, na opinião de Lacerda, a erros cometidos na esfera da política monetária: os juros elevados e o câmbio flutuante, combinados, funcionaram como uma receita para a desindustrialização do País. “O BC agiu no início da crise de forma equivocada e na contramão do mundo, elevando os juros básicos, e depois relutou em reduzi-los porque estava olhando o inimigo errado - uma hipotética pressão inflacionária de demanda. Hoje isso parece loucura, mas quem se der ao trabalho de ler as atas das reuniões do Copom do final do ano passado vai se deparar com essa questão. O cenário do próximo ano, com a forte retomada prevista, vai nos dar uma nova oportunidade - ou de repetir o erro ou de avançar e testar novos limites para o tal juro de equilíbrio”.



Humberto Barbato

Lacerda não vê grandes riscos de superaquecimento da economia brasileira. “Estamos retomando os níveis de atividade pré-crise. Há capacidade ociosa na indústria, que também vem retomando gradualmente os seus investimentos. Elevar os juros nos próximos meses poderá abortar esse processo. Ao contrário, deveríamos sinalizar com uma continuidade da redução dos juros reais, para estimular o investimento produtivo e incrementar os investimentos públicos em infraestrutura”.

Quanto à sobrevalorização do Real, Lacerda afirma que a política cambial brasileira sempre foi concebida para um contexto de escassez de divisas, e não para a abundância, que é o que temos hoje. “Os defensores do regime de câmbio flutuante nos moldes em que é aplicado no Brasil argumentam que o sistema se autoajusta, em função dos fluxos

de capitais. Mas é justamente isto que se deve evitar, porque, se a valorização cambial é pernicioso para a atividade produtiva, levando à sua inviabilização, da mesma forma a excessiva volatilidade da moeda gera uma grande incerteza que inviabiliza o cálculo econômico e, portanto, as decisões envolvendo investimentos na produção. A deflação rápida de ativos também trava os mercados de crédito e financiamento, com efeitos danosos sobre o nível de atividade”.

A nona lição diz respeito à importância da credibilidade e capacidade de comunicação do governo. “O papel do presidente Lula, destacando a importância de que as empresas mantivessem seus investimentos e o nível de emprego e que os consumidores sustentassem a demanda, foi fundamental para a continuidade das atividades”, aplaude Lacerda. E a décima lição, de caráter mais geral, é a quebra de paradigmas. “O cenário internacional e doméstico exige a revisão de paradigmas que impõem pseudolimites para a redução das taxas de juros reais, do PIB potencial e de muitos outros indicadores. Qualquer previsão sobre potencial de crescimento e possíveis pressões de preços deve levar em conta as condições de eliminação da ociosidade da indústria local”.

Lacerda adverte que, embora o mercado interno seja um ativo importante para o crescimento, especialmente no quadro atual, em que a demanda internacional ainda é fraca, “seria um equívoco deduzir daí que o Brasil pode descuidar do seu comércio externo”. E é nesse contexto que a sustentabilidade do desenvolvimento industrial surge como um fator decisivo. “Devido ao fator câmbio, mas também à ausência de políticas eficazes de incremento das exportações, há uma piora da qualidade da exportação e uma deterioração do superávit comercial, que caiu de US\$ 46 bilhões em 2006 para US\$ 25 bilhões em 2009”. Nesse contexto, ele recomenda que o governo se antecipe aos problemas e tome medidas para corrigir a distorção de câmbio

... uma política adequada de juros não compromete necessariamente a indústria brasileira. A estabilidade da inflação e a existência de uma moeda confiável são condições necessárias para que o Brasil tenha uma indústria forte e competitiva.

Luiz Carlos Mendonça de Barros

e juros no Brasil. “O melhor que temos a fazer é agir preventivamente. Além de buscar o aperfeiçoamento da política macroeconômica - fiscal, monetária e, principalmente, cambial - temos que implementar políticas de competitividade (industrial, comercial e de inovação) que estimulem o valor agregado local e fomentem exportações de qualidade”.

Para os analistas econômicos que defendem a manutenção da atual política cambial, o controle da inflação deve continuar sendo a prioridade máxima do governo. Representante desse grupo, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, que foi ministro das Comunicações e presidente do BNDES no governo FHC, credita o bom desempenho do Brasil na superação dos primeiros efeitos da crise em grande parte ao comportamento do consumidor. “O consumidor brasileiro não entrou em pânico após a quebra do banco Lehman Brothers, como aconteceu com os bancos, o mercado e as empresas. Continuou a consumir na mesma intensidade de antes da crise. A explicação deste comportamento meio zen é muito simples: a maior parte do consumo no Brasil está concentrada nas classes B,C e mais recentemente também na D. Ora, estes brasileiros não acompanham com profundidade os acontecimentos no mercado financeiro internacional, centro nervoso da crise que vivemos. Como sua renda estava preservada, não houve



“Estamos completamente vulneráveis à concorrência predatória, nos mercados interno e externo, de produtos fabricados em países que praticam uma política de desvalorização de suas moedas, como é o caso dos países asiáticos. Necessitamos urgentemente de uma política desenvolvimentista que contemple a exportação.

Antonio Alonso Ribeiro

descontinuidade nas suas decisões de consumo”.

Assim como Lacerda, Mendonça de Barros entende que o comportamento dos bancos públicos, que respondem por 33% do mercado de crédito no Brasil, foi decisivo para estabilizar e tranquilizar o mercado. “Ao ocuparem o espaço deixado pelas instituições privadas, eles evitaram que um vazão de crédito afetasse o consumidor e as empresas”. Por outro lado, em sua opinião, como na de outros analistas que privilegiam o mercado financeiro em detrimento do desenvolvi-

mento industrial, a alta dos juros nada tem a ver com os problemas enfrentados pela indústria.

“Vamos separar as duas questões: de um lado uma eventual alta dos juros, na medida em que o Banco Central veja no aquecimento atual da economia o risco de não se manter a inflação ancorada. Do outro, o risco que um aumento dos juros pode trazer para a indústria brasileira. Nos dois casos minha opinião é que uma política adequada de juros não compromete necessariamente a indústria brasileira. A estabilidade da inflação e a existência de uma moeda confiável são condições necessárias para que o Brasil tenha uma indústria forte e competitiva” – afirma o economista.

Mesmo admitindo que o Brasil é um dos países industrializados com maiores taxas de juros, Mendonça de Barros argumenta que “isto não justifica deixar a inflação sair do controle. Os riscos de uma perda de competitividade da indústria brasileira – não gosto da palavra desindustrialização, por ser muito dramática – são mais complexos e extrapolam a questão dos juros altos. Eles estão associados à carga tributária, à falta de



“Promover de forma corajosa e ousada a agregação de valor pela incorporação de inovações desenvolvidas pela própria indústria nacional de manufaturas.

Roberto Nicolsky



“O verdadeiramente responsável e eficaz controle da inflação se faz com equilíbrio fiscal, e não com a ruína do setor produtivo nacional.”

Durval de Noronha Goyos Jr

investimentos do governo na infraestrutura econômica e outras questões de natureza microeconômica”.

É notório que as questões tributárias e de infraestrutura afetam a indústria e as exportações, mas a combinação de juros altos e Real apreciado corrói a competitividade dos produtos brasileiros de maior valor agregado. É o caso da Itatex, fabricante de intermediários de síntese para a indústria química. Segundo seu presidente, Antonio Alonso Ribeiro, “a supervalorização do Real estimula importações indiscriminadas, impedindo o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, gerando desemprego e reduzindo a arrecadação de impostos”. A atual política cambial, a seu ver, “só concorre para inviabilizar o crescimento e mesmo a sobrevivência de vários segmentos da atividade industrial. Estamos completamente vulneráveis à concorrência predatória, nos mercados interno e externo, de produtos fabricados em países que praticam uma política de desvalorização de suas moedas, como é o caso dos países asiáticos. Precisamos urgentemente de uma política desenvolvimentista que contemple a exportação”. O presidente da Abinee, Humberto Barbato, acrescenta que o chamado câmbio de equilíbrio “deve assegurar razoável compensação pelos elevados custos tributários, de juros e trabalhistas que as nossas empresas suportam. O que se

procura com uma taxa mais desvalorizada é a justa compensação para o impacto nefasto do ‘Custo Brasil’.

O advogado Durval de Noronha Goyos Jr, especialista em direito internacional, árbitro da OMC e da Comissão Internacional de Arbitragem Comercial da China, vai mais longe no seu diagnóstico e afirma que os juros elevados “contribuem para um endividamento público excessivo e desproporcional e minimizam a possibilidade de maior alavancagem da economia privada”. O Real apreciado, por sua vez, segundo ele “barateia as importações gerando um efeito real porém nefasto de controle da inflação. O verdadeiramente responsável e eficaz controle da inflação se faz com equilíbrio fiscal, e não com a

ruína do setor produtivo nacional”.

O poder de alavancagem da inovação tecnológica

O conjunto de políticas públicas criadas para estimular o desenvolvimento industrial brasileiro não tem se mostrado eficaz como amortecedor do impacto destrutivo da atual política monetária. Algumas dessas políticas não chegaram a sair do papel, e outras foram desvirtuadas ou interpretadas desfavoravelmente à indústria pelos órgãos encarregados de implementá-las. Um exemplo é a política nacional de inovação tecnológica. Para Roberto Nicolsky, diretor geral da Protec, o atual marco legal de fomento à inovação tecnológica, consubstanciado na Lei de Inovação (artigos 19 e 20) e na Lei do Bem (Capítulo 3), “está atuando negativamente, dado que não repassa a totalidade dos recursos arrecadados na rubrica do FNDCT para que as indústrias se desenvolvam tecnologicamente. Assim, atua como um redistribuidor que toma recursos do setor produtivo e os transfere para o setor acadêmico, a pretexto de que este cumpra uma função inerente à atividade empresarial: a de gerar inovações”.

A Lei do Bem, por sua vez, segundo Nicolsky, está cumprindo o seu papel. “Ainda que seja restrita às empresas

“A área regulatória deve transmitir confiança ao industrial, e não temor; ser clara e estar em absoluta consonância com o projeto do governo.”

Dante Alario Junior



grandes e médias, que apuram lucro real e já investem em inovação, pode elevar a taxa desse investimento e a sua velocidade, com benefícios para a economia. Ela produziria melhores resultados se a Receita Federal se empenhasse em dirimir a insegurança jurídica que ainda prevalece quanto à sua interpretação do Capítulo 3 da Lei”. A importância de uma política de inovação tecnológica bem ajustada à realidade e às necessidades do País se evidencia, afirma o diretor da Protec, quando observamos a evolução recente da balança comercial brasileira:

“A exportação de commodities, que alcançou quase 70% da pauta em 2009, segundo levantamento da AEB, nos tornou reféns dos preços e, conseqüentemente, da demanda por commodities, cujo mercado internacional é sustentado principalmente pelas elevadas taxas de crescimento de economias orientais, notadamente da China. Temos, assim, um crescimento outorgado pela China, o que é extremamente arriscado, para dizer o mínimo. Por outro lado, o rápido crescimento do mercado interno, impulsionado pelo crédito e pelas transferências de renda, levou a indústria a atender uma demanda crescente sem meios e sem tempo para estruturar o domínio tecnológico sobre os processos. Isto tornou inevitável a importação de matérias-primas de maior valor agregado, de componentes e de bens de capital,



“ A PDP não deve ser encarada como uma política de governo para o setor produtivo, mas como uma política de Estado para o país. É preciso empreendê-la.

Franco Palamolla



o que acarretou uma vertiginosa expansão do déficit na balança comercial de manufaturas de média-alta e alta intensidade tecnológica, como eletrônicos, farmacêuticos, bens de capital e outros. O déficit nestes segmentos cresceu quatro vezes entre 2006 e 2008, chegando a US\$ 51 bilhões”.

A saída para esse impasse, segundo Nicolsky, é “promover de forma corajosa e ousada a agregação de valor pela incorporação de inovações desenvolvidas pela própria indústria nacional de manufaturas. Isso tem sido dito nos discursos oficiais, mas na realidade ainda persiste um forte preconceito contra o necessário compartilhamento de risco entre Estado e empresas para que ocorra uma universalização do esforço inovador em todo o

setor produtivo”.

A preocupação de Nicolsky é compartilhada pelo diretor da Nortec, Nicolau Lages. Ele afirma que o País está investindo em ciência, inovação e tecnologia, “mas ainda é muito pouco. Precisamos investir mais do que 1,3% do PIB, que é o patamar atual, passando para algo acima de 2%. Os investimentos em inovação e desenvolvimento de tecnologias devem ser alocados, preferencialmente, nas empresas, local onde a inovação brota como fruto do trabalho para atender a uma necessidade de mercado, mas que precisa de recursos para a sua implementação. Não adianta concentrar os investimentos nas academias, pois o conhecimento científico que não produz riqueza não tem valor”.

Por outro lado, Lages reconhece que mercado interno é tão importante quanto inovação para sustentar o crescimento. “Se o desenvolvimento científico e tecnológico é necessário para garantir ao Brasil um crescimento econômico sustentável, por si só ele não será suficiente sem o crescimento da demanda interna. Países considerados tecnologicamente desenvolvidos, mas que dependem de exportações, não têm sustentabilidade econômica e entram em recessão nas crises mundiais de mercado”.

O presidente técnico-científico da Biolab Sanus, Dante Alario Jr, outro empresário que destaca a importância de o

“ Os investimentos em inovação e desenvolvimento de tecnologias devem ser alocados, preferencialmente, nas empresas.

Nicolau Lages

Dois temas deveriam ser priorizados com ações claras, objetivas e de implementação rápida: a certificação da Anvisa (...) e a isonomia fiscal nas compras públicas federais, estaduais e municipais.

Mário França



governo continuar e aprimorar as políticas industrial e de inovação, reivindica que a implementação dessas políticas passe a envolver todas as instâncias do poder público. “A área regulatória deve transmitir confiança ao industrial, e não temor; ser clara e estar em absoluta consonância com o projeto do governo. Isto vale também para as agências financiadoras, que deveriam seguir o exemplo da ótima atuação do BNDES; vale para o INPI, a Câmara Reguladora de Preços (CMED) e todos os ministérios envolvidos”.

Dante reconhece que o Ministério da Saúde vem praticando algo solicitado

há muito pela indústria, que é exercer seu poder de compra em favor do produto nacional. O que não pode acontecer, em sua opinião, “é esta política impor uma participação cada vez maior do Estado no setor privado. Penso que, em contrapartida à preferência nas compras governamentais, a indústria deve se comprometer a investir mais em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que acredito ser o único modo sustentável de crescer”.

A área regulatória é uma preocupação generalizada da indústria farmoquímica. Segundo Mário França, consultor do laboratório ABL, “o que os produtores de insumos

esperam é que os órgãos reguladores do País os tratem de forma isonômica com os produtores internacionais. Dois temas deveriam ser priorizados com ações claras, objetivas e de implementação rápida: a certificação da Anvisa, cujas exigências deveriam ser uniformes para os produtores nacionais e estrangeiros; e a isonomia fiscal nas compras públicas federais, estaduais e municipais, estabelecendo uma comparação de preços que leve em conta, para efeito compensatório, diferenças tributárias e incentivos fiscais concedidos no país de origem”.

Na verdade, praticamente todos os obstáculos que emperram o desenvolvimento industrial brasileiro já foram identificados pelo governo. O presidente da Abimo, Franco Palamolla, lembra que “o Brasil já tem a resposta para esses problemas: a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), um programa lançado em 2008 que define ações para fortalecer toda a cadeia produtiva de 26 setores, incluindo o Complexo Industrial da Saúde, mas que ainda não saiu do papel”.

A PDP inclui medidas relativas a incentivos fiscais, de crédito, capital de risco e subvenção econômica; regulação técnica, econômica e concorrencial; uso do poder de compra do Estado; apoio técnico na certificação e metrologia, promoção comercial, propriedade intelectual, capacitação de recursos humanos e capacitação empresarial. Colocá-la em prática, afirma Palamolla, “posicionaria o Brasil na rota do crescimento inclusivo e sustentável, porque criaria condições favoráveis ao desenvolvimento das empresas nacionais e as prepararia para enfrentar um novo desafio que desponta: proteger os recursos naturais e ligar a base da natureza à economia do conhecimento.”

O grande impasse da PDP, na avaliação do presidente da Abimo, reside na falta de poder de articulação do governo para mobilizar todos os atores capazes de tornar viável a execução do projeto. “A PDP não deve ser encarada como uma política de governo para o setor produtivo, mas como uma política de Estado para o país. É preciso empreendê-la”.



Um país que se conforma à posição de mero produtor de commodities e deixa de aproveitar o mercado interno que tem para fortalecer sua indústria está legando às gerações futuras mais problemas do que soluções.

Antônio Werneck de Castro

Na visão do diretor de operações e inovações da Servatis, Luciano Romagnolli, o desenvolvimento sustentável do setor químico requer uma análise de competências* (análise swot), em seguida um plano estratégico para nortear as empresas do setor, ações concretas na área do crédito e do fomento à inovação e parcerias com universidades públicas, empresas de agronegócio e traders do setor. Esse conjunto de ações permitiria “aumentar a competitividade na cadeia desde a matéria-prima até o produto acabado”.

Os desafios da sustentabilidade

Se o Brasil corre o risco de desindustrialização, isto significa que não estamos implementando políticas econômicas sustentáveis. E os desafios relativos à sustentabilidade vão se tornando cada vez mais complexos, especialmente quando se trata da indústria química. Segundo Rodrigo Pinto, diretor da indústria de catalisadores FCC, “a noção de crescimento sustentável nasceu como contraponto à ideia de crescimento a qualquer preço, com suas já conhecidas consequências para o meio ambiente e para as gerações futuras. Apesar de ser um conceito mundial, é certamente mais aplicável a países em desenvolvimento como o Brasil, onde ainda há muito por fazer e o meio ambiente ainda se encontra em bom estado de conservação. No nosso caso, portanto, a



“No nosso caso, portanto, a pergunta que se coloca não é se devemos ou não crescer, mas sim como e em que áreas o Brasil deve estimular o crescimento.”

Rodrigo Pinto

pergunta que se coloca não é se devemos ou não crescer, mas sim como e em que áreas o Brasil deve estimular o crescimento”.

O diretor da FCC considera que, para um país como o Brasil, é fundamental estimular não apenas o desenvolvimento tecnológico como também a absorção de tecnologias de ponta em soluções limpas. No mercado da química e especialmente da química fina, ele acredita que é imprescindível e urgente criar formas de financiamento mais baratas para projetos baseados em tecnologias limpas e sustentáveis, “para que nós não tenhamos que repetir a história dos países já desenvolvidos, que dilapidaram seus recursos naturais e o meio ambiente para chegarem onde estão, e hoje se põem a nos dar

lições de como devemos nos desenvolver”.

A Abiquim vem tentando propor políticas nessa direção. Em dezembro de 2009, lançou o Pacto Nacional da Indústria Química, que visa, entre outras coisas, estimular a “química verde” no País. Segundo Nelson Pereira dos Reis, presidente da entidade, esse documento recomenda ao governo medidas relacionadas, por exemplo, à disponibilidade de matérias-primas, sistema tributário, desoneração da cadeia produtiva, defesa da concorrência, investimentos em infraestrutura logística, facilitação de acesso ao crédito, financiamento à exportação e incentivos à inovação tecnológica. Em contrapartida, acrescenta Reis, “a indústria química brasileira se compromete a desenvolver e difundir padrões cada vez mais elevados de responsabilidade industrial, ambiental e empresarial”.

Antônio Werneck de Castro, presidente do Instituto Vital Brazil, lembra que o desenvolvimento sustentável se define como “um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Nessa perspectiva, a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro está ameaçada, pois um país que se conforma à posição de mero produtor de commodities e deixa de aproveitar o mercado interno que tem para fortalecer sua indústria está legando às gerações futuras



“Esse conjunto de ações permitiria “aumentar a competitividade na cadeia desde a matéria-prima até o produto acabado”.

Luciano Romagnolli

Quem paga o preço da estabilidade?

José Ricardo Roriz • Presidente da Vitopel / Diretor da FIESP



Há muito, a indústria nacional clamava pela existência de uma política industrial indutora do desenvolvimento, o que necessariamente está atrelado a uma visão de futuro para o Brasil no mundo globalizado. O lançamento da nova PITCE, em maio de 2008, trouxe para diversos segmentos estratégicos uma série de expectativas ainda hoje não plenamente correspondidas, em parte pelo agravamento da crise em 2009 e em parte pela dificuldade do governo em traduzir suas intenções em planos e metas efetivos. Entre os maiores desafios para consolidar a atuação do Estado como agente do crescimento estão a política cambial – que continua um grande entrave ao fortalecimento da indústria – e os programas de financiamento e desoneração, pilares fundamentais da confiança que gera o investimento do empresário em inovação e, conseqüentemente, competitividade mundial para nossa indústria.

Os recursos de fato foram ampliados. Porém, rever suas práticas de financiamento, mapear a adequação das linhas criadas e o real destino do investimento, customizar programas e garantir que os recursos e incentivos correspondam às estratégias da PITCE são caminhos que precisam ser traçados pelo governo com firmeza e urgência para reverter a tendência à desindustrialização do País. Desonerar a produção nacional do conhecido “custo Brasil” também. O resultado do nosso PIB certamente demonstrará o preço que pagamos para garantir a estabilidade econômica. Sabido componente do desenvolvimento, a estabilidade prova, no entanto, não ser a sua variável mais determinante. José Ricardo Roriz demonstra nesta entrevista que uma Política Industrial aplicada com rigor é o que pode fazer toda a diferença.

Como analisa a influência de uma taxa cambial fortemente apreciada na evolução de uma indústria nacional forte e competitiva?

É lógico que a apreciação do câmbio tem um efeito perverso. Por um lado tira mercado interno das empresas ao tornar mais barato os produtos importados, sobretudo neste período pós-crise em que os países asiáticos vêm tentando redirecionar suas vendas para fora dos Estados Unidos, foco principal da crise.

Por outro lado, a apreciação encarece nossos produtos no mercado externo, o que tem se tornado uma grande preocupação para nossa balança comercial, pois o contexto externo apresenta, além da diminuição dos preços das commodities (produtos com alto peso em nossa balança), a queda de demanda mundial.

No entanto, há um fator relativo ao câmbio que precisa ser destacado, que é a sua

volatilidade. Só para termos idéia, desde o dia 4 de janeiro até hoje a taxa aumentou 8%. O impacto que isto tem quando se compra matéria-prima importada, quando se estrutura um preço de venda ou se foca um determinado mercado para atuar é enorme. A dificuldade de gestão e planejamento que existe em função deste preço relativo é um fator que preocupa as empresas brasileiras.

Houve épocas em que se dizia que “a melhor política industrial é não ter política industrial”. No mundo globalizado real que sentido tem essa afirmação?

Do início dos anos 90 até 2003, quando foi desenhada a PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), vivemos esta máxima de “a melhor política industrial é não ter política industrial”. Nesse contexto, a indústria, que é o principal acelerador do crescimento do PIB dos países, não tem evoluído em participação no

PIB brasileiro, mantendo-se em um patamar próximo a 30% do PIB na última década, nível bastante inferior às médias de 41,6% e 46% das décadas de 1970 e 1980, respectivamente.

Durante muitos anos, a única prioridade das políticas de Governo foi a estabilidade, pois acreditava-se que esta era a condição necessária para a retomada dos investimentos. Além disso, criticava-se a adoção de uma Política Industrial, afirmando-se que se tratava de eleger setores vencedores, conceder subsídios, proteger mercados e gerar um maior desequilíbrio nas contas públicas, esquecendo-se de que, na história econômica, o Estado Indutor pode ser um fator fundamental no desenvolvimento do País.

Passaram-se anos, no Brasil, buscando-se resultados de curto prazo, realizando ações desprovidas de qualquer sentido estratégico. De fato, elegeu-se a estabilidade em detrimento do crescimento e, com isso,

a distância que nos separa de países com os quais concorreremos tem aumentado.

Percebeu-se que essa “política” era fruto de uma grande miopia, pois países desenvolvidos e emergentes definiam projetos de desenvolvimento a partir da construção de uma visão de futuro e da aplicação de um planejamento estratégico de suas indústrias, induzindo-as ao desenvolvimento tecnológico, à conquista de mercados e à competitividade.

A globalização dos fluxos de comércio e financeiro redefiniu as estratégias globais dos países e por isto mesmo tornou necessária a evidência de políticas voltadas para o setor produtivo que se propõem unicamente a dar isonomia de competitividade aos investimentos do setor produtivo, bem como de suas empresas.

O governo atual tem mostrado ampla disposição para promover um processo industrializante no país. As medidas definidas ao nível do poder executivo têm sido satisfatórias?

O anúncio da Política de Desenvolvimento Produtivo, em maio de 2008, representou uma nova etapa por parte do governo, que reconheceu que a estabilidade macroeconômica era condição necessária, mas não suficiente, para que os investimentos industriais fossem intensificados, reconhecendo a importância da indústria para o desenvolvimento econômico do País.

No entanto, no final de 2008 começamos a sentir os efeitos da crise, o que obrigou o governo a mudar algumas ações. Estas ações amenizaram os efeitos da crise, mas não conseguiram manter a trajetória anterior em que os investimentos estavam crescendo a taxas acima do PIB.

Além disto, em momentos de crise, os investimentos em P&D, por serem de longo prazo e envolverem riscos, e, no caso do Brasil, somados com a estrutural dificuldade de acesso aos instrumentos de apoio à inovação, fazem com que as empresas deixem em segundo plano esta modalidade de investimentos.

As medidas lançadas pelo governo, em geral de caráter anticíclico, procuravam

incentivar a antecipação de investimentos pelas empresas

As ações também demonstraram o papel que o BNDES tem como um dos atores principais da Política, realizando um dos maiores desembolsos de sua história.

A direção tomada de baratear o crédito foi acertada, no entanto, uma política industrial precisa ser estrutural e ter ações permanentes que possibilitem o desenvolvimento da estrutura produtiva de acordo com uma estratégia e metas.

Passados os principais sintomas da crise precisamos ser ainda mais ousados e avançar em ações de caráter permanente, de forma a dar continuidade à construção de um ambiente que incentive o investimento, como, por exemplo, manter os investimentos em máquinas a taxa de 4,5% e baixar a taxa para 5,25% para todos os investimentos.

As medidas de caráter permanente contidas na PDP precisam ser ampliadas. Durante os últimos meses um dos aprendizados foi o impacto positivo que a desoneração teve no consumo interno, respondendo sobremaneira às ações do governo. Agora precisamos ampliar estas medidas para os investimentos de forma a evitarmos processos inflacionários no curto prazo e para que voltemos aos níveis de investimento que tínhamos antes da crise.

As ações de financiamento e desoneração são fundamentais para incrementar os investimentos e as exportações. Segundo dados da “Pesquisa FIESP sobre o impacto da PDP na indústria paulista”, os efeitos da política industrial sobre as decisões de investimento são importantíssimos, chegando a impactar entre 27 a 29% no aumento dos investimentos em máquinas e equipamentos e em P&D e inovação, bem como em quase 20% no aumento das exportações

As taxas de investimento em P&D&I pela indústria nacional têm sido consideradas como muito aquém das necessidades do país. Como analisa esse quadro?

O que se pode verificar por meio de pesquisas realizadas pela FIESP é que os fatores que determinam o baixo nível de investimentos no País são fatores sistêmicos que, na

verdade, influenciam toda a estrutura produtiva do País. O problema é que no âmbito da inovação eles se agravam.

Exemplos disso, são a instabilidade e a valorização do câmbio que levam tanto à perda de mercado interno, quanto à redução das exportações, principalmente de produtos de maior valor agregado. Nesse cenário, as empresas menores são as mais sensíveis a estes obstáculos, pois não possuem escala suficiente para enfrentar a concorrência com os produtos importados que passam a chegar no Brasil com preços mais acessíveis ao consumidor, e, ao mesmo tempo, não conseguem competir com as empresas de países que possuem um câmbio mais favorável. O resultado final é o desestímulo ao desenvolvimento de produtos inovadores, que no seu lançamento são vendidos a um preço relativamente maior.

Outros determinantes do baixo nível de investimento estão relacionados à ausência de um padrão adequado de financiamento público e privado, o que resulta na intensa utilização do mecanismo de autofinanciamento pelas empresas brasileiras. De acordo com a Pintec, em 2005, 90% dos recursos que financiaram as atividades de P&D e as demais atividades inovativas eram próprios. E, de acordo com as empresas, o principal motivo para a baixa utilização de recursos de terceiros está relacionado ao custo do financiamento, ou seja, taxa de juros e outros encargos.

Cria-se, então, um círculo vicioso, pois, diante das elevadas taxas, as empresas optam pela utilização de recursos próprios nos investimentos em P&D&I, que, por sua vez, elas também admitem que são escassos e possuem uma limitação intrínseca, principalmente quando se considera a incidência da carga tributária e da taxa de juros no Brasil. Em outras palavras, os montantes que poderiam ser investidos em inovação são utilizados no pagamento de juros e impostos.

Nesse contexto, a situação se agrava, pois os investimentos em inovação envolvem alto risco, longo prazo de maturação e elevado custo. Com relação ao risco e ao prazo, não há nada o que se fazer, dado que é intrínseco ao processo de inovação, mas os eleva-

dos custos com equipamentos, laboratórios, entre outros, poderiam ser amenizados com uma taxa de juros e prazos de financiamento compatíveis com a natureza da inovação, elementos que inexistem no Brasil e deixam como única alternativa a utilização de recursos próprios.

Por fim, muitos empresários ainda não estão acostumados com a cultura da inovação, dado que não fez isso no passado por estar impossibilitado diante das limitações da economia. Desta forma, uma etapa importante desse processo é fazer com que as empresas reconheçam, por meio de cursos de capacitação, o impacto positivo que os programas de gestão e de extensão tecnológica trazem para suas estruturas.

O financiamento ao desenvolvimento do setor produtivo nacional tem sido de acordo com as necessidades de demanda?

O BNDES tem desempenhado na atual política industrial um excelente papel como agente indutor e fomentador da competitividade brasileira. Não é a toa que o banco apresentou em 2009 um dos maiores desembolsos de sua história, passando dos R\$ 137 bilhões.

No entanto, embora haja ampliado a oferta de recursos para longo prazo, ainda não se tem alcançado boa parte das empresas que mais necessitam investir, as MPEs. Em 2008 24% dos desembolsos foram para este porte, número que caiu em 2009 para 18%.

É preciso customizar a oferta e não simplesmente ampliá-la. Sabemos da dificuldade de acesso e informação existente na grande maioria das empresas. Só para salientar, o cartão do BNDES, um dos produtos de maior sucesso do BNDES, ampliou sua atuação e buscou se adaptar às necessidades das MPEs. O resultado disto foi o crescimento de 189% nas operações com este instrumento em relação a 2008, realçando a necessidade de customização das linhas.

Em especial os Editais da FINEP para a subvenção econômica têm sido adequadamente formulados?

O instrumento de Subvenção Econô-

mica, criado com a Lei de Inovação (Nº. 10.973/2004), representa uma mudança significativa ao permitir que o Estado compartilhe os riscos da inovação com a empresa.

Os indicadores evidenciam que, desde o seu lançamento, o número de projetos que utilizam esses recursos vem aumentando paulatinamente. No primeiro ano, 2006, foram apoiados 145 projetos e, em 2009, 261. Concomitantemente, já é possível verificar que a Finep está envidando esforços com vistas ao aperfeiçoamento desse instrumento que é relativamente recente no Brasil.

Apesar desses avanços, alguns obstáculos ainda persistem, como a inexistência de

Exemplos disso, são a instabilidade e a valorização do câmbio que levam tanto a perda de mercado interno, quanto a redução das exportações, principalmente de produtos de maior valor agregado.

um cronograma que permita à empresa se programar com antecedência para a participação no edital, e isto é fundamental principalmente para as empresas menores.

Adicionalmente, seria interessante que o cronograma de fluxo de desenvolvimento do projeto fosse compatibilizado com o cronograma de liberação de recursos por parte da Finep, para que não haja atraso no desenvolvimento das etapas do projeto em virtude da demora na liberação de recursos.

Cabe observar também que para as empresas menores o recurso financeiro não basta, pois necessitam com frequência de apoio tecnológico e capacitação para o adequado gerenciamento dos recursos, pois alguns projetos apresentam um dispêndio financeiro maior do que o próprio faturamento da empresa.

Por fim, outro grave problema é a inexis-

tência de uma pesquisa que avalie se os instrumentos de apoio à inovação, recentemente criados, estão ou não induzindo as empresas a investir mais em suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação — ou se o dinheiro do governo está substituindo recursos próprios, naquilo que os especialistas chamam de “efeito de deslocamento”.

Essa é uma questão que precisa ser mais bem investigada, pois os indicadores comuns para sinalizar quantitativamente os avanços, como a relação investimento privado em P&D sobre o Produto Interno Bruto (PIB), ou o número de patentes, não mudaram muito desde o início da década e o período atual, quando houve o surgimento dos fundos setoriais, a promulgação da Lei da Inovação, a criação dos instrumentos de subvenção e a reformulação dos incentivos fiscais da chamada “Lei do Bem”.

O que fazer para aumentar a participação de produtos com maior valor agregado nas exportações brasileiras?

Uma das primeiras coisas a ser discutida é a resolução dos problemas chamados de “Custo Brasil”. É uma antiga reivindicação, pois os altos custos do crédito, tributos elevados, encargos sobre a folha de pagamento, custo e má qualidade da infraestrutura, e forte valorização da moeda tiram parte do valor agregado gerado pelas empresas. Então se não resolvermos isto, todo o esforço empresarial para agregar valor poderá ser em vão.

Nossos trabalhos na Fiesp indicam que 90% das empresas utilizam recursos próprios para investir em inovação. Quando se tem uma carga e um custo de capital que drenam recursos das empresas, automaticamente tira-se capacidade financeira das empresas investirem em inovação, gerando assim um ciclo vicioso.

Outra coisa a salientar é que existem grandes oportunidades de agregação de valor para as empresas em ações na área de inovação, design, fortalecimento da marca, logística de distribuição, financiamento da cadeia, áreas que estão comprometidas pelo ambiente de negócio que enfrentamos no Brasil, conforme salientamos acima.

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

Componente Obrigatório

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, defende a necessidade de linhas de financiamento para todos os setores produtivos. Financiamentos gerados a partir da compreensão das diferenças e especificidades da complexa formação da indústria nacional. Tratando perfis diferentes de forma diferente. Elencando prioridades e garantias para que o pequeno e médio empresários tenham condições de crescer e apostar no futuro do país. Só assim chegaremos a um cenário mais justo e mais adequado ao nosso potencial de crescimento. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É INVESTIR.



FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

Avaliar o que se fez e o que ainda deverá ser feito para a efetiva implantação do complexo industrial da saúde no Brasil



mais problemas do que soluções.

A implantação do Complexo Industrial da Saúde (CIS) é um objetivo de fundamental importância no contexto do PAC da Saúde. O desenvolvimento da cadeia produtiva de medicamentos e equipamentos médico-hospitalares,

na forma definida pelo Ministério da Saúde, deve levar o País a desenvolver a competência tecnológica e a capacidade produtiva nessas áreas socialmente estratégicas, a fim de reduzir a vulnerabilidade do Sistema Nacional

de Saúde. Entre as metas no curto prazo do CIS destacam-se a redução do déficit comercial do setor para quatro bilhões de dólares e o desenvolvimento de tecnologia para a produção verticalizada no Brasil de vinte produtos



Márcio Bosio



Odnir Finotti



Alexandre Geyer

prioritários para o SUS até 2013.

Para discutir o andamento do programa e transmitir ao ministro da Saúde, José Temporão, a avaliação da indústria sobre as medidas já implementadas, a ABIFINA realizou em parceria com a Firjan, no dia 1º de fevereiro, o encontro empresarial intitulado “Complexo Industrial da Saúde – Avaliação do Ano 2009 e Perspectivas para 2010”, que contou com a participação das entidades empresariais diretamente envolvidas: Progenéricos, Alanac e Abimo.

A mesa diretora do encontro foi presidida pelo próprio ministro Temporão e contou com as presenças do secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, e do vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Carlos Gadelha. O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, fez uma apresentação introdutória relembando eventos históricos dos últimos três anos protagonizados pelo Ministério da Saúde, como a licitação para aquisição de Zidovudina e Lamivudina junto à indústria nacional pelo laboratório público Farmanguí-

nhos, inovando um procedimento que até então privilegiava importações baratas e de qualidade duvidosa, e a decisão de licenciar compulsoriamente a patente do Efavirenz.

Empresas enfrentam barreiras

Para o 1º vice-presidente da ABIFINA ainda falta o Ministério da Saúde sensibilizar os demais laboratórios públicos a usar o novo procedimento licitatório, que já teve suas diretrizes definidas pela Portarias Interministeriais 128 e 3.031, ambas de 2008. “Essa seria a forma mais apropriada para se corrigir o desequilíbrio gerado pelos pregões internacionais que têm, nitidamente, favorecido as importações em detrimento da produção local”. Nelson Brasil destacou, ainda, a importância de temas relacionados à inovação tecnológica focada na empresa; o uso não abusivo do sistema de patentes industriais; a fabricação local de intermediários químicos sob a liderança da Petrobras; o uso do poder de compra do Estado em favor da industrialização local, em vez de incentivar importações como vem ocorrendo; e o mais amplo apoio às parce-

rias público-privadas construídas no âmbito do CIS. “Já existem medidas definidas pelo Gecis nessas matérias. Agora falta sua implantação que esperamos venha a acontecer ainda em 2010”, arrematou Nelson Brasil

O presidente da Alanac, Alexandre Geyer, expôs as dificuldades que as empresas filiadas têm enfrentado para



Jean Peter



Ogari Pacheco



Telma Salles



Alcebíades Athayde

se adaptarem à avalanche de novas normas expedidas pela Anvisa, sob a forma de RDCs. Segundo ele, “em 2009 tivemos um profundo impacto em relação aos novos regulamentos, dificultando o cumprimento dessas normas e tornando muito difícil o de-

envolvimento da indústria farmacêutica”. Outro problema apresentado por Geyer é a falta de agilidade da Anvisa no processo de aprovação de registros de medicamentos: “é extremamente necessário que a Anvisa realize em tempo hábil a publicação de registro e pós-registro”. Além disso, colocou em pauta a questão da carga tributária no Brasil e sua aplicação a medicamentos, dando como sugestão para 2010 a equalização da carga tributária nacional pelo menor valor possível.

Na apresentação de Odnir Finotti, presidente da Progenéricos, foi traduzido em números o avanço na produção de medicamentos genéricos no País. Segundo ele, atualmente já é possível tratar com medicamentos genéricos a maioria das doenças. “O remédio genérico caiu no gosto do brasileiro, prova disso é que em cada cem medicamentos comprados nas farmácias, vinte são genéricos”, afirma Finotti. Uma das expectativas desse segmento para 2010, declara o presidente da Progenéricos, é a aplicação rigorosa da legislação no

que tange às patentes que estão expirando, em face do exagero que tem sido observado por parte dos seus detentores no que diz respeito ao uso da via judicial para estender o prazo de proteção.

O diretor da Abimo Márcio Bosio, por sua vez, expôs como plano central da entidade para 2010 lançar uma rede de inovação tecnológica em parceria com a PROTEC, de forma a estimular uma cultura de inovação contínua na indústria de equipamentos médico-hospitalares.

No debate que sucedeu as palestras, o presidente da Cristalia, Ogari Pacheco, reiterou o pleito de Alexandre Geyer de que a Anvisa reduza a demora na publicação de registros, lembrando que se a Agência praticasse efetivamente um *fast track* nos pleitos estratégicos do setor industrial isto “resultaria em mais matéria-prima e mais medicamentos para o país, gerando mais empregos e reduzindo custos para todo o CIS”. Em seguida falou José Loureiro, presidente do Laboratório ABL, também as-



Lélío Maçaira



Nicolau Lages



José Loureiro



Jayme Rabi

sinalando que, a despeito da vontade do governo de promover o crescimento tanto na área de medicamentos quanto na de farmoquímicos, “esbarramos nos problemas de impostos, financiamentos e registros”.

O debatedor seguinte foi Jean Peter, diretor superintendente da Globe Química, que enfatizou a importância de todos os lados trabalharem em conjunto e em harmonia, simplesmente buscando atingir os superiores interesses nacionais, para que o País se desenvolva melhor na área de medicamentos. Nicolau Lages, dirigente da Nortec, ponderou que existem dois empecilhos ao desenvolvimento da indústria farmoquímica nacional: “o primeiro é a falta de isonomia regulatória e o segundo é a alta carga tributária, ambos dificultando os investimentos das indústrias”. A seguir o presidente da Libbs, Alcebíades Athayde, sintetizou sua percepção afirmando que, com a pesada carga tributária que incide sobre os medicamentos fica muito difícil competir em nosso próprio país

com as indústrias de países emergentes comercialmente agressivos que exportam produtos para cá, como é o caso da China e da Índia.

A diretora da EMS Telma Salles também comentou as enormes dificuldades decorrentes da alta carga tributária imposta às indústrias farmacêuticas e suas conseqüências para a população brasileira: “a taxa elevada de tributos no Brasil para o setor farmacêutico somente dificulta o acesso do brasileiro aos medicamentos”. Como os demais participantes, ela defendeu a importância de o governo priorizar a produção local. O presidente da Laborvida, Lélío Maçaira, preocupado com as dificuldades de gestão que atrasam a implementação do CIS, propôs que, para se alcançar maior eficiência na sua implementação, a Secretaria de Insumos Estratégicos chame a si a tarefa de articular os diversos atores das parcerias, ressaltando que “é preciso coordenar todas essas atividades, bem como implantar efetivamente o que Anvisa prometeu em relação ao *fast track*”.

Finalizando o debate, o presidente da Microbiológica, Jaime Rabi, comemorou a perspectiva de que a fabricação nacional de farmoquímicos gere um pico de atividades intensivas em conhecimento no País, e conclamou o setor a “intensificar a mobilização do conhecimento disponível, pois ainda não há estímulo suficiente para que todos se engajem na missão de criar aqui uma indústria química de alto nível”.

Ministro reitera compromisso

Após os comentários dos empresários e executivos da indústria de fármacos e medicamentos, foi a vez dos representantes do setor público. O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, endossou as críticas do setor à elevada carga tributária e afirmou que este é um dos temas mais complicados no que tange ao equacionamento das dificuldades da política industrial.

Em defesa da Anvisa, Guimarães ponderou que “não se pode deixar de lado



Pedro Ivo

o bem-estar do cidadão em relação ao consumo dos produtos industriais, e que é preciso ver os dois lados da moeda”. Embora concordando que a Agência deve participar ativamente do esforço de implementação da política industrial, como suas congêneres pelo mundo afora, lembrou que ela precisa equilibrar junto ao Ministério da Saúde interesses eventualmente conflitantes. O diretor adjunto da assessoria técnica da Anvisa, Pedro Ivo, procurou justificar o modo de atuação da Agência afirmando que seu compromisso é “procurar conciliar, promover e proteger a saúde da população, não deixando de cumprir as políticas governamentais e industriais”, e argumentando que, em assuntos já regulamentados e incontroversos, como a rastreabilidade da cadeia produtiva de medicamentos, que atende aos interesses tanto da população quanto do setor produtivo, não haverá alterações e a agilidade da Agência tende a ser maior.

O vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Carlos Gadelha, observou que a saúde pública no



Carlos Gadelha

Brasil funciona, hoje, de forma extremamente democrática, pois os órgãos dela incumbidos ouvem e procuram atender a todos os lados; e acrescentou que “é preciso construir uma efetiva parceria público-privada com o objetivo de garantir o acesso universal”. Finalizando o encontro, o ministro Temporão expressou sua satisfação com os debates e admitiu que



José Gomes Temporão



Reinaldo Guimarães

ainda há muito o que melhorar. “Posso adiantar – afirmou - que estou revendo a regulamentação dada pela Portaria nº 978, que lista os produtos estratégicos no âmbito do SUS, com a finalidade de aperfeiçoá-la e melhor colaborar para o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde. E irei conversar com a Anvisa para que a Agência passe a privilegiar nos seus procedimentos o trato desses produtos estratégicos para a saúde pública, do ponto de vista de registro e pós-registro”. O ministro também destacou a importância estratégica das PPPs na viabilização da fabricação local de medicamentos excepcionais de alto custo, bem como a necessidade de se trabalhar ainda melhor o poder de compra do Estado em benefício da indústria nacional e da população. O ministro também destacou a importância estratégica das PPPs na viabilização da fabricação local de medicamentos excepcionais de alto custo, bem como a necessidade de se trabalhar ainda mais o poder de compra do Estado em benefício da indústria nacional e da população.

Geolab é a mais nova empresa associada à ABIFINA

A Geolab Indústria Farmacêutica Ltda. é a mais nova integrante do quadro associativo da ABIFINA. A empresa, com seis anos de atividade, está instalada em um dos principais pólos farmoquímicos do Brasil - o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Possui cerca de duzentos produtos, que compõem as linhas: Genéricos, Farma, Hospitalar, Medicamentos Isentos de Prescrição e Fitoterápicos. Nossos votos de Boas Vindas ao novo associado.

Biolab tem projeto piloto de rastreabilidade com solução da Active

Com o intuito de se adequar ao Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, fundamentado na Lei nº 11.903, o laboratório farmacêutico Biolab finaliza projeto piloto com o sistema de rastreabilidade desenvolvido pela Active, especializada em sistemas de automação e informatização para os mercados farmacêutico, de cosméticos e alimentício. O projeto agiliza os controles por código de barras de todas as etapas que já são uma realidade nas operações da Biolab. Sendo assim, não haverá alterações no processo de rastreabilidade das unidades que são vendidas em caixas fechadas. Além do sistema em si, para completar este processo de automação, a Biolab precisa investir em equipamentos laser de alta velocidade para gravação dos códigos 2D nos cartuchos, em leitores ou câmeras de alta definição para leitura destes códigos e link dos números de série com as caixas de embarque.

Biolab e Merz formam joint venture para concorrer com Botox

O laboratório nacional Biolab e a farmacêutica alemã Merz formaram uma joint venture para atuar na área estética no Brasil. O principal carro-chefe da nova empresa será o Xeonin, toxina botulínica para concorrer no país com o Botox, produzido pela americana Allergan e o Dysport, da francesa Ipsen.

Da associação das duas empresas foi criada a Merz Biolab Farmacêutica, que receberá um aporte de 20 milhões este ano para montar sua estrutura no país. A companhia alemã será a controladora, com 61% do negócio, e a nacional ficará com os 39% restantes. "O Xeonin faz parte da nova geração de toxinas botulínicas e representa uma evolução no processo de purificação do produto, uma vez que não precisa ser refrigerado", disse o presidente da Biolab, Cleiton de Castro Marques.

Segundo o empresário, a empresa já possui autorização da Anvisa (Agência de Vigilância Sanitária) para uso terapêutico do Xeonin. "Estamos aguardando a autorização para o uso estético", disse. A expectativa é de que a autorização ocorra entre o fim deste ano e início de 2011. A matéria-prima será importada da matriz da Merz.

Pesquisador da Biolab é nomeado membro da Academia Nacional De Farmácia

Dr. Márcio Falci, diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Biolab ocupará a cadeira de número 88 da Academia Nacional de Farmácia (ANF).

“Creio que minha indicação para a Academia tenha sido motivada pelos quase cinquenta anos de minha militância na indústria farmacêutica. Meu treinamento médico foi como cirurgião, atividade que exerci até 1975. No entanto, desde cedo, ainda como estudante na faculdade, fui atraído pelos afazeres na Indústria Farmacêutica, área em que atuo até hoje. Agradeço à Biolab por me dar condições para fazer o que mais gosto – inventar produtos”, declarou Dr. Márcio Falci em seu discurso de posse, na solenidade promovida pela ANF. O novo acadêmico é formado em medicina pela Universidade de São Paulo, com pós-graduação na Inglaterra. Sua vida profissional foi inteiramente dedicada à indústria farmacêutica, tanto no Brasil quanto na Alemanha, tendo alcançado resultados de grande relevância ao longo de sua atividade em pesquisas científicas com fármacos e medicamentos.

Cientistas do IVB realizam pesquisa sobre hormônio do crescimento

Uma pesquisa feita com ratos criados nos laboratórios do Instituto Vital Brazil (IVB) apontou a oportunidade para o estudo dos mecanismos de regulação do hormônio do crescimento (growth hormone, conhecido como GH). O objetivo da pesquisa era avaliar o aparecimento do hormônio no sangue dos animais após exercício de esteira. O hormônio do crescimento exerce papel de destaque no crescimento ósseo e dos tecidos moles. Embora o crescimento ósseo seja o seu efeito mais divulgado, o hormônio também assiste muitas outras funções metabólicas: induz quebra de gorduras, aumenta a retenção de cálcio e a mineralização dos ossos; aumenta a massa muscular; induz a síntese de proteínas e o crescimento de vários órgãos do corpo.

IVB traz de Cuba tecnologia para diagnosticar acidentes

O Instituto Vital Brazil trouxe de Cuba uma novidade que vai facilitar o diagnóstico de acidentes com animais peçonhentos. Por quatro meses o pesquisador do Instituto Finlay, de Cuba, Gustavo Falero Diaz, esteve no Brasil colaborando com técnicos do IVB na implantação do Laboratório de Anticorpos Monoclonais. Essa tecnologia poderá ser utilizada em diversas outras áreas do Vital Brazil, como pesquisas com venenos de aranhas do Aracnário e pesquisas com exames de sangue para detecção de doenças em biomarcadores no Biomarc, prevê Diaz.

Soro produzido no IVB apressa recuperação de picada de aranha

O tempo de internação de pacientes envenenados por picadas da aranha do gênero *Latrodectus*, conhecida como viúva-negra, pode ser reduzido em até um terço quando se aplica o soro específico, chamado de antilatrodrético. Em todo o Brasil, há três laboratórios que fornecem ao Ministério da Saúde soro contra animais peçonhentos, mas apenas um, o Instituto Vital Brazil, ligado à Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, produz a substância específica contra o envenenamento por picada de viúva-negra. O biólogo Cláudio Maurício, do Vital Brazil, disse que o uso imediato do soro específico, além de acelerar o processo de recuperação, reduz os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), já que o paciente fica menos tempo na unidade hospitalar. “É difícil calcular a economia, mas com certeza reduzem-se drasticamente os gastos governamentais e previne-se a letalidade.”

IVB simplifica testes pré-natais com nova técnica

Desde fevereiro, o pré-natal de grávidas de 26 municípios do Estado do Rio de Janeiro está muito mais simples. A implantação dos testes pré-natais faz parte do Programa de Atenção à Gestante (Pró-Mãe), que utiliza a técnica de coleta de sangue em papel de filtro, padronizada pelo Instituto Vital Brazil (IVB), órgão da Secretaria de Saúde e Defesa Civil. A ideia é que em 2011 todo o estado esteja coberto com este tipo de exame. “Nessa etapa, 30 mil gestantes deverão ser atendidas e, ao fim do próximo ano, 100% das gestantes pacientes da Rede SUS (70 mil) receberão atendimento com o teste do Pró-Mãe”, estima Antônio Werneck, presidente do Instituto Vital Brazil.

CPhI South America 2010 terá a participação de grandes empresas da cadeia farmacêutica

Após dois anos de sucesso no Brasil, a CPhI South America 2010 será realizada em Buenos Aires - Argentina, reforçando a sua liderança como o principal evento de ingredientes farmacêuticos na América Latina, entre os dias 17 e 19 de agosto. Destinado a fabricantes e distribuidores de matérias-primas, fabricantes de produtos farmacêuticos e empresas de serviços, a CPhI South America é a principal vitrine internacional do mercado, pois facilita o fechamento de alianças estratégicas, entre empresas de diferentes países. Além de compradores de produtos farmacêuticos, o evento conta com fornecedores de todo o mundo em busca de parcerias com empresas locais. Entre os expositores deste ano, estão as empresas: Nortec e ABL, entre outras.

Farmanguinhos doa 40 toneladas de medicamentos ao Haiti

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) doou às vítimas do terremoto do Haiti, 40 toneladas de medicamentos (anti-inflamatórios, antibióticos, analgésicos, entre outros). No total o Ministério da Saúde encaminhou para a Base Aérea do Rio de Janeiro cerca de 150 toneladas de medicamentos e insumos para as vítimas, além de profissionais da saúde voluntários que deram atendimento à população haitiana.

Farmanguinhos pesquisa extrato de copaíba contra tuberculose

Após mais de cinquenta anos sem o surgimento de novas drogas contra a tuberculose, uma substância extraída do óleo da copaíba (*Copaifera sp*), planta originária da Amazônia, poderá vir a ser a base de um fitomedicamento a ser usado no tratamento da doença. O estudo, conduzido pela equipe de Maria das Graças Henriques, do Laboratório de Farmacologia Aplicada do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), encontra-se na etapa chamada de toxicologia aguda. O trabalho é feito em parceria com pesquisadores do Departamento de Farmácia da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto.

Aché investe R\$ 120 milhões em genéricos

O laboratório Aché está investindo R\$ 120 milhões para produzir medicamentos genéricos e similares que estão para perder a patente nos próximos

meses. Entre 2010 e 2011, são cerca de 25 medicamentos de marcas que devem ter sua versão genérica no mercado interno. “Temos mais de cem projetos em andamento, que deverão ser lançados nos próximos três anos”, disse José Ricardo Mendes da Silva, presidente da companhia. Neste ano, serão cerca de dez novos produtos entre genéricos e similares do Aché no mercado interno. O grupo também já está investindo R\$ 70 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de novos medicamentos.

Na Mosca é a solução da Ouro Fino contra a mosca-dos-chifres

O produto tem ação mosquicida e repelente e ainda possui em sua fórmula o diazinon a 40%, além do dispositivo de segurança que garante a fixação do brinco na orelha do animal. O brinco mosquicida substitui os tratamentos convencionais para controle da mosca-dos-chifres, como a pulverização dos animais, além de apresentar vantagens como redução no manejo, diminuição do estresse animal, melhor relação custo/benefício e otimização da mão-de-obra.

Milenia apresenta kit que identifica ferrugem da soja em dois minutos

A Milenia Agrociências está apresentando aos produtores de soja no Show Rural Coopavel, em Cascavel/PR, o Kit de Identificação de Ferrugem da Soja, um teste de diagnóstico rápido e eficiente para saber se o fungo causador da doença contaminou a lavoura do agricultor. O teste é simples e rápido.

Há alguns anos a ferrugem da soja vem impactando fortemente a produção brasileira. Em 2003 e 2004 o fungo dizimou lavouras em várias regiões do país devido a velocidade com que ele se instala e destrói a planta. Segundo Paulo Colares, gerente de Inteligência de Mercado e Comunicação, a grande vantagem do kit de identificação é que ele proporciona agilidade ao produtor. “São necessários dois minutos para realizar o teste que fornece o diagnóstico mesmo antes de aparecerem as primeiras lesões na planta. Este processo antecipado assegura ao produtor maior eficiência e redução de custos”. Segundo o Consórcio Antiferrugem, liderado pela Embrapa/Londrina, o balanço sobre a ferrugem asiática na safra 2007/2008 de soja contabilizou um prejuízo de US\$ 204,5 milhões.

EMS

Ronaldo Mota, secretário nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em entrevista ao Monitor Mercantil em 30/01: Algum destaque entre as empresas brasileiras? “... interessante exemplo é a empresa EMS, que, depois de se tornar o maior laboratório farmacêutico do país a reboque do sucesso dos genéricos, aposta na biotecnologia para aumentar o seu portfólio. A EMS assinou mês passado um acordo técnico-científico com o laboratório chinês Shangai Biomabs, para o desenvolvimento e produção de biofármacos na sua unidade em Hortolândia (SP) em até cinco anos. A empresa construiu em Hortolândia um moderno centro de pesquisas, para o qual direciona 6% do seu faturamento de R\$ 2 bilhões, já empregando duzentos cientistas”

ABIFINA comenta a notícia

O dólar ou a Babel



Folha de SP,
27/01/10

Há riscos de bolha na China e no Brasil



Folha de SP,
26/01/10

Lacuna de credibilidade

Tem toda razão o brilhante economista Antonio Delfim Netto em sua análise sobre a instabilidade econômica global, que aponta duas raízes do problema: a inoperância da OMC em fazer com que países economicamente fortes cumpram as regras do comércio multilateral e a complacência generalizada para com a especulação financeira. Apenas faltou complementar com sugestões sobre a maneira de “desestimular o livre movimento de capitais especulativos”, especialmente em um mundo de capitalismo globalizado, onde a livre circulação de capitais constitui premissa básica e aparentemente imutável.

Mercado de saúde de R\$ 16 bi vai às compras



O Globo,
24/01/10

Conversa fiada

Em entrevista sobre a reação dos diversos países à crise de 2008, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, desmanchou-se em elogios aos emergentes e, como quem não quer nada, aproveitou para recomendar precaução contra possível superaquecimento de suas economias. Na verdade, o que pretende este conhecido executivo a serviço do protecionismo europeu, agora alocado na OMC, é arrefecer o ânimo das economias emergentes para converter suas vantagens competitivas pós-crise em políticas industriais consistentes que certamente irão ameaçar o poderio do primeiro mundo. Quando afirma que a crise não induziu um aumento do protecionismo global, sua intenção é convencer os emergentes a abrir (ou manter abertos) seus mercados às importações de países que não têm mercados internos igualmente pujantes. Nada do que o Sr. Lamy diz pode ser considerado como uma disposição efetiva de cooperação internacional.

Brics estão longe da liderança, diz 'FT'



Estadão,
19/01/10

Prós e contras

A previsão oficial de que o mercado da saúde vai explodir no Brasil gera otimismo, por um lado, mas também preocupações. Na medida em que esse segmento se torna mais promissor, passa a atrair fortemente o interesse das grandes corporações globais, que não pouparão esforços para dominar o mercado. Fusões e incorporações constituem processos de racionalização econômica de empresas que, certamente, conduzem a uma redução de custos operacionais, uma melhor apropriação de recursos na produção e na eliminação de ineficiências sistêmicas. Por outro lado, fatalmente levam a uma redução, senão eliminação, da salutar concorrência de mercado, o que, inexoravelmente, pressiona para cima os preços ao consumidor. A única força capaz de neutralizar isto é a defesa da concorrência por instituições públicas, que nos países em desenvolvimento ainda constitui uma área frágil e pouco efetiva.

Dividir para governar

Na avaliação do Financial Times, apesar do avanço econômico dos últimos anos, os países do BRIC ainda não estão prontos para liderar uma mudança do centro de poder global, principalmente em razão das fortes diferenças existentes entre eles e da falta de interesses comuns. Temas como política cambial, modelo econômico e comércio externo suscitam divergências. Certamente carece de homogeneidade o grupo de países que compõem o BRIC. Talvez o país mais aberto, menos protetor do mercado interno, seja o Brasil. A Índia protege fortemente seu setor produtivo interno em

áreas como a agricultura, e a China conta com um Estado central que domina a moeda e os investimentos, abrindo seu mercado somente em condições muito específicas e exigindo em contrapartida uma saudável reciprocidade. Mas isso constitui problema de crescimento que pode e deverá ser ultrapassado com o tempo. As convergências, certamente, são bem maiores e assim os países do BRIC deverão vir a ter destacado papel no futuro da economia mundial. Mas faz parte do jogo da mídia do primeiro mundo apostar nas divergências e na fraqueza do adversário.

Governo quer barrar extensão de patente de medicamentos

Folha de S. Paulo,
17/01/10



Em defesa da concorrência

A SDE está mais atuante no seu papel de garantir a defesa da concorrência e empreende atualmente cinco investigações sobre eventuais condutas anticompetitivas relacionadas ao uso de patentes por parte de laboratórios para impedir ou retardar a entrada de genéricos no Brasil. O órgão investiga inclusive a existência de possíveis acordos nos quais laboratórios recompensam fabricantes de medicamento genérico ou similar para que estes atrasem sua entrada no mercado. Nos EUA acordos desse tipo eram comuns, mas desde 2005 são considerados ilegais e contrários ao interesse do consumidor.

Segundo a SDE, entre 1998 e 2007 dezoito patentes expiraram, mas somente três genéricos relacionados a esses medicamentos entraram no mercado, sendo um deles do mesmo laboratório titular da patente. É de extrema relevância sua preocupação com o assunto. Os países do primeiro mundo, Estados Unidos à frente, cuidam da defesa da concorrência muito mais sob a ótica da lei antitruste do que da lei de patentes. Infelizmente, o Brasil aceitou um sistema em que patentes industriais somente poderiam ser tratadas no âmbito da lei de patentes. Fizeram um tremendo escarcéu quando o ministro da Saúde, usando seus poderes legais, licenciou compulsoriamente a patente de Efavirenz. Os Estados Unidos, no entanto, simplesmente aplicando sua lei antitruste, anualmente licenciam ou até mesmo expropriam centenas de patentes. É este o exemplo que a nossa SDE deve observar.

Laboratório tenta estender patente do Viagra

Folha de SP,
17/01/10



Má fé

Estão em curso no Brasil cerca de sessenta processos movidos por laboratórios farmacêuticos para estender, sob diversos argumentos e por prazos variados, a validade de patentes de remédios, entre eles o Viagra, que deve cair em domínio público em junho de 2010. O sistema judiciário brasileiro amadureceu bastante nos últimos anos, em boa parte com o auxílio técnico da ABIFINA, que tem municiado a magistratura com informações sobre abusos do direito patentário. Na condição de amicus curiae, a ABIFINA vem alertando o poder judiciário para ilicitudes cometidas sob o pretexto da proteção à propriedade industrial, tais como a litigância de má fé, que começa a ser devidamente punida pela justiça brasileira.

Incentivo às exportações

Brasil Econômico,
14/01/10



Valor agregado

O articulista José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil da Presidência da República, registra que “investir em setores como TI (Tecnologia da Informação), fármacos, aeroespacial, biotecnologia, nanotecnologia, química fina e bioquímica é um passo importante para elevarmos o Brasil de fornecedor de matérias-primas para a condição de país exportador de capitais, serviços e tecnologia de ponta”. Dessa forma ele destaca elementos da atual política industrial do País. Aparentemente o país já acordou para a importância desse tema, em especial após a crise de mercado na qual fomos lançados pela ausência de regulação do sistema financeiro internacional. Sem política industrial não há indústria e sem indústria não há evolução econômica, nem emprego, nem fortalecimento da renda nacional.

Conselho Faperj

O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, participou no dia 11 de fevereiro de reunião do Conselho da Faperj, ocasião em que foram examinados e aprovados nove editais para financiamento à inovação tecnológica e social. Antecipando as datas previstas em seu cronograma, a Faperj lançou nesse mesmo dia dois Editais, são eles: Apoio ao Desenvolvimento de Modelos de Inovação Tecnológica Social – 2010 e Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia da Informação no Estado do Rio de Janeiro – 2010. O prazo para submissão de propostas se encerra em 15 de abril. O diretor de tecnologia da Fundação, Prof. Rex Nazaré, espera que haja uma grande



quantidade de bons projetos de micro e pequenas empresas concorrendo a esses editais e ressaltou ainda a importância da já reconhecida inovação social, como instrumento de redução de desigualdades regionais, bem como a relevância do setor de tecnologia da informação para a modernização e desenvolvimento do estado.

Comitês ABIFINA discutem planejamento estratégico para 2010

COMITÊ PI- Em reunião ocorrida em 8 de fevereiro, o Comitê de Propriedade Industrial da ABIFINA debateu e aprovou o plano de ações desse Comitê para 2010.

COMITÊ FARMOQUÍMICO- 9 de fevereiro, o comitê reuniu-se como objetivo de cobrir uma extensa pauta, com destaque para a apresentação do planejamento para 2010, apresentada pelo diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe.

COMITÊ AGROQUÍMICO- Em 10 de fevereiro, esse comitê reuniu-se com a participação da maioria de suas associadas nessa área. Foi definido, nessa oportunidade, o planejamento estratégico para o ano de 2010.

Todas as reuniões ocorreram na sede da entidade.

Comitê Gestor do Fundo de Biotecnologia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicou o vice-presidente de Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, para ser representante da Confederação no Comitê Gestor do Fundo Setorial de Biotecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).



ABIFINA na 45ª CTIA

Foi realizado no dia 8 de fevereiro a 45ª. Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Insumos Agropecuários (CTIA) que tem como objetivo discutir as tendências do mercado de insumos e a conjuntura do mercado. No encontro a ABIFINA foi representada pelo seu diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos, Arnaldo Massariol, que destacou os seguintes pontos: A criação de um GT específico, com envolvimento das Câmaras Temáticas pertinentes, para tratar de minor crops após aprovação de Instrução Normativa sobre o tema, as

alterações no receituário agrônomo, a manifestação do diretor da Divisão de Fiscalização do Mapa, Girabis Ramos, para uma desburocratização do Decreto 4.074 (dos agrotóxicos), o relato sobre a situação de fiscalização de agrotóxicos, por Luis Rangel (coordenador da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa) e a apresentação preliminar do mercado agrícola de defensivos no ano de 2009, feita pelo Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícolas (Sindag).

Abifina em reunião do Mapa

A ABIFINA esteve presente, através de sua gerente técnica, Diva Arrepia, ao seminário promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para discutir o tema "Componente na Fabricação Industrial", no dia 28 de janeiro, em Brasília. O evento foi conduzido pelo coordenador-geral da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA) do Mapa, Luis Rangel, que iniciou a programação fazendo uma apresentação do histórico da regulamentação brasileira de componentes no contexto da indústria de defensivos agrícolas. Em seguida, Marcella Teixeira, também da CGAA, complementou a apresentação do órgão apresentando as regulamentações sobre componentes adotadas pelos principais mercados mundiais (EUA, UE, Canadá). Fechando

a etapa de palestras, Guilherme Guimarães, gerente técnico e de regulamentação federal da Andef, representando o setor regulado (ABIFINA, Aenda, Andef

e Sindag), fez uma apresentação sobre a importância dos componentes (materiais inertes) para a produção de agroquímicos, bem como as implicações que a exigência legal para o registro de componentes no Brasil, situação sem similar em outras matrizes internacionais, representam para a indústria.



Visita à ABIFINA

A ABIFINA recebeu, no dia 29 de janeiro, em sua sede, a ex-diretora do Deint (Departamento de Negociações Internacionais) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e também ex-diretora adjunta da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Rosária Costa Baptista, acompanhada pelo embaixador Renato Marques, ex-secretário de Comércio Exterior. Eles foram recepcionados pelo vice-presidente da entidade, Nelson Brasil, e pela gerente de Comércio Exterior, Noemy Padilha, que tiveram, através desse encontro, a oportunidade de conhecer a opinião de ambos sobre os atuais rumos das negociações internacionais envolvendo o Brasil.

ABIFINA em audiência na Anvisa

No encontro ocorrido no dia 2 de fevereiro, dirigentes da ABIFINA, coordenados pelo 1º vice-presidente da entidade Nelson Brasil de Oliveira, foram recebidos em audiência pelo presidente da Anvisa, Dirceu Raposo. Fizeram parte dessa missão empresarial Nicolau Lages, Ogari Pacheco, Lélío Maçaira e Márcia Bueno, tendo por pauta debater problemas relacionados aos atrasos no julgamento de processos naquela agência, em especial LI e desembaraço em portos e aeroportos.

Missões empresariais ao Panamá e a Israel

A ABIFINA foi convidada pela assessoria internacional do Ministério da Saúde e pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp/Ciesp, a participar das missões empresariais que acontecerão nos meses de março e maio, respectivamente ao Panamá e a Israel. A missão ao Panamá é destinada a empresas in-

AGE

A ABIFINA realizou no dia 1º de fevereiro, em sua sede social, uma Assembléia Geral Extraordinária que teve por objetivo examinar e aprovar uma reforma dos Estatutos Sociais da entidade, visando melhor atender aos objetivos sociais, face ao planejamento estratégico que foi proposto pelo vice-presidente Marcos Oliveira.

Lista de exceções à TEC

Dentre as principais decisões da reunião de cúpula do Mercosul que se realizou em Montevidéu, nos dias 7 e 8 de dezembro último, foi prorrogado para dezembro de 2011, a pedido da Argentina, o prazo para a suspensão das exceções à Tarifa Externa Comum (TEC). Até lá, Argentina e Brasil voltam a contar com cem produtos nessas listas, Uruguai com 225 produtos e Paraguai com 250 produtos, além da lista especial do Paraguai com 399 produtos. Assim é que a ABIFINA estabeleceu contatos com o Departamento de Negociações Internacionais (Deint/Secex/MDIC), no sentido de: (I) manter na lista brasileira de exceções à TEC, que está em processo de revisão, os produtos de interesse de seus associados, bem como (II) afirmar sua posição contrária às reduções de alíquotas de importação de medicamentos produzidos por seus associados, pleiteadas por terceiras empresas.

teressadas em participar da feira Expocomer 2010 como visitantes e em prospectar o mercado do Panamá e da América Central.

A missão a Israel tem o objetivo de desenvolver a cooperação bilateral, trocar experiências acerca dos sistemas de saúde, discutir formas de ampliação do acesso a medicamentos das populações, divulgar o Complexo Industrial da Saúde brasileiro (CIS) e estabelecer parcerias estratégicas entre os setores empresariais que atuam na área de saúde de Israel.

ABIFINA presente na inauguração da nova unidade farmacêutica da Cristália



Cristália, Ogari Pacheco, este é um passo em direção à independência do laboratório, considerado a empresa mais inovadora do País. “Vamos crescer para gerar mais empregos, contratar mais cientistas e aumentar a parceria com empresas públicas e privadas. Isso permitirá ao Cristália a continuidade da produção de medicamentos com qualidade e preço justo”, disse Pacheco.

A fábrica possui produção automatizada, sem contato manual, o que garante total segurança aos medicamentos fabricados e aos colaboradores da empresa. Nessa nova planta, a quarta farmacêutica do Laboratório Cristália, a produção será dividida em quatro áreas específicas: sólidos (comprimidos simples e revestidos, drágeas e cápsulas), semi-sólidos (pomadas, cremes e geléias), líquidos (suspensões, emulsões, elixires e gotas) e colírios. Todos esses produtos terão sua produção bastante ampliada.

Segundo o ministro da Saúde, José Temporão, investimentos como este são importantes para que o Brasil seja cada vez mais independente da indústria farmacêutica internacional e desenvolva uma política social, unida à saúde e ciência e tecnologia. Já o presidente Lula destacou o empreendedorismo do Cristália em investir na inovação científica. “O Cristália é privilegiado. Sabemos que a inovação pode gerar a cura para as doenças. Se a gente não acreditar, se não investirmos mais em inovação o país ficará para trás na disputa de mercado por qualquer coisa. Não há outra maneira de dar um salto na qualidade”, disse Lula.

A nova unidade farmacêutica permitirá ao Laboratório Cristália quadruplicar sua produção de comprimidos, liofilizados, bem como ampliar a fabricação de semi-sólidos e colírios, quando estiver operando na capacidade máxima.



Com investimentos de R\$ 160 milhões, o Laboratório Cristália – referência nacional em inovação no setor farmoquímico – inaugurou, em 22 de janeiro, sua nova unidade farmacêutica em Itapira, cidade a 160 quilômetros de São Paulo. A nova fábrica foi projetada para quadruplicar a produção do laboratório, conforme a demanda do mercado. A unidade, com 35 mil metros quadrados de área construída, contém o que existe de mais avançado no segmento de produção farmacêutica, com equipamentos inéditos no Brasil, alguns essenciais para credenciar o Cristália como uma empresa capacitada a exportar medicamentos para a Europa e Estados Unidos.

Na solenidade de inauguração da nova planta, a ABIFINA esteve presente, representada pelo seu 1º vice-presidente, Nelson Brasil. Estiveram presentes o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Saúde José Gomes Temporão, o ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende e o governador José Serra. Para o diretor do

.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

INFRA-ESTRUTURA

Componente Obrigatório

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, se empenha junto ao governo federal por medidas que priorizem os gargalos de infra-estrutura. Porque para atender de forma competitiva tanto o mercado interno quanto o externo, nossa indústria precisa urgentemente de soluções de logística, circulação e armazenamento de mercadorias. Sem portos, estradas e silos compatíveis com o nosso potencial produtivo não é possível crescer. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br



SOBERANIA É CRESCER.



ABIFINA

FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.

fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

FABRICAÇÃO LOCAL

Componente Obrigatório

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta permanentemente por uma indústria nacional forte. Por uma política industrial comprometida com a inovação tecnológica, com os meios que conduzam produtos inovadores ao mercado e com o financiamento dos diversos setores produtivos do país. Porque só assim teremos uma economia independente, capaz de gerar empregos, inclusão social e riqueza. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É GERAR EMPREGOS.



ABIFINA
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos